

Coluna do Castello

JORNAL DO BRASIL
Sarney: dívida

está normalizada



No discurso com que abriu, ontem pela manhã, a última reunião do Conselho de Segurança Nacional, o presidente José Sarney declarou suspensa a moratória decretada temporariamente em fevereiro de 1987. Seu discurso dirigiu-se de preferência ao público externo e deverá repercutir nos meios financeiros internacionais. O sentido dominante, na intenção do presidente, está na afirmação de que o Brasil não propiciou a formação de um cartel internacional de devedores e dispõe de autoridade para reivindicar que não se forme um cartel de credores. Se no passado os fluxos de comércio e investimento puderam originar-se de "situações de dominação" tornou-se inaceitável hoje uma "divisão de trabalho imposta de cima para baixo". Em outro local dá-se ampla notícia do discurso presidencial.

A reunião durou uma hora e 15 minutos e teve duas partes, uma pública e outra reservada, com exposição do ministro Mafson da Nóbrega e novas palavras proferidas de improviso pelo chefe do governo. O ministro da Fazenda destacou o apoio do presidente às decisões do Conselho Monetário Nacional, que à tarde formalizou a decisão relativa à moratória para comunicá-la aos organismos financeiros internacionais. Disse ainda que não se organiza a economia de um país sem que previamente estejam normalizadas suas relações internacionais.

Para o Sr. Mafson da Nóbrega o governo brasileiro correu riscos calculados para alcançar o acordo que deverá assinar hoje nos Estados Unidos com os representantes dos bancos credores. Esses riscos foram sobretudo o pagamento de juros independentemente da conclusão de acordos. Sem essa decisão corajosa o acordo a que se chegou finalmente, o melhor obtido por um país da América Latina, teria sido negociado com maiores dificuldades e talvez sem os mesmos resultados. Disse que houve poucas críticas ao acordo, embora contundentes, mas invariavelmente de inspiração ideológica. Admite que o acordo não seria bom se comparado com o ideal, mas foi muito bom no quadro de realidades econômicas.

Disse o ministro da Fazenda que o presidente da República nos seus encontros e pronunciamentos internacionais deu um empurrão nas negociações, ao alertar para o fato de que problemas como o da dívida externa, se têm dimensão financeira, têm igualmente irrecusável conotação política. Esse ponto de vista sensibilizou algumas personalidades influentes como Backer e teve um papel no êxito das negociações. O ministro lembrou ainda, com base na teoria da imprevisão, que todo acordo está condicionado na sua execução à permanência dos fatores básicos nos quais se assenta. Se as condições mudarem, o acordo poderá ser renegociado e revisto no novo contexto. Quando grande parte da dívida brasileira foi aceita, os juros estavam entre 4 e 5% e depois chegaram até os 21% ao ano. Hoje refluíram para o patamar entre 8 e 9%, mas não se sabe se cairão ou subirão, tudo dependendo de mil fatores fora de controle. A relação dívida-PNB, na América Latina, é hoje superior a 57%.

O presidente José Sarney voltou a falar para destacar que geralmente não se dá atenção ao fato de que os problemas da dívida externa foram herdados e não criados por seu governo. Trata-se, disse, de um "enorme fardo" com que tem convivido diariamente. É a maior dívida externa do mundo. Considerava, portanto, o dia de ontem marcante, pois assegura a normalização da dívida externa, ponto central de sua estratégia de entregar o governo ao sucessor com a democracia implantada e a casa arrumada.

Depois do presidente, não houve novos discursos. Os presentes estavam todos de acordo com a proposta de suspender a moratória, decretada em fevereiro de 1987.